DocuSign Envelope ID: FE8D21CD-BF2B-4AF9-A265-25D99EF4689C

monark

BICICLETAS MONARK S.A.

CNPJ nº 56.992.423/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, os administradores de Bicicletas Monark S.A. vêm submeter a V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. O exercício foi marcado por grandes dificuldades devido à pandemia e à situação econômica, financeira e política do país. A inflação afetou muito o poder aquisitivo dos consumidores. O resultado líquido foi de R$ 8.057.426,69 e a Administração irá propor em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos de R$ 17,87755709731 por ação. Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes prestaram, no exercício de 2021, serviços exclusivamente relacionados com a auditoria independente das demonstrações contábeis. Não foram por eles efetuados serviços de consultoria ou de outra natureza. Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009 e Instrução CVM nº 552 de 09/10/2014, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos colaboradores e aqueles que, direta ou indiretamente, nos deram apoio e confiança.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Notas	2021	2020
ATIVO/Circulante		**168.592**	**165.455**
Caixa e equivalentes de caixa	3	146.350	153.406
Contas a receber de clientes		5.345	6.003
Estoques	5	15.009	5.281
Impostos a recuperar	6	1.748	623
Tributos diferidos	9	9	12
Outros créditos		131	130
Não circulante		**47.438**	**51.029**
Impostos a recuperar	6	2.383	668
Títulos e valores mobiliários	4	40.575	43.424
Tributos diferidos	9	1.692	1.832
Depósitos para recursos	8	364	364
Imobilizado	7	2.424	4.741
Total do ativo		**216.030**	**216.484**

	Notas	2021	2020
PASSIVO/Circulante		**6.295**	**5.225**
Fornecedores e contas a pagar		1.450	1.555
Salários e encargos sociais		582	563
Impostos a pagar		687	216
Dividendos a pagar		2.114	1.026
Arrendamentos a pagar	7	1.462	1.865
Não circulante		**17.766**	**20.803**
Tributos diferidos	9	13.772	14.497
Arrendamentos a pagar	7	694	2.686
Provisão para contingências	8	3.300	3.620
Patrimônio líquido		**191.969**	**190.456**
Capital social		133.010	133.010
Reservas de lucros		26.602	26.602
Ajuste de avaliação patrimonial	10	26.260	28.140
Dividendo adicional proposto		6.097	2.704
Total do passivo e do patrimônio líquido		**216.030**	**216.484**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

	Notas	2021	2020
Receita líquida	11	**17.637**	**21.790**
Custo dos produtos vendidos		(11.691)	(14.977)
Lucro bruto		**5.946**	**6.813**
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas		(2.346)	(2.543)
Gerais e administrativas	12	(4.522)	(5.914)
Honorários dos administradores	14	(1.075)	(1.125)
Depreciação		(30)	(32)
Receitas financeiras		7.265	4.535
Despesas financeiras		(431)	(654)
Outras receitas e despesas operacionais	12	5.129	4.192
		3.990	**(1.541)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**9.936**	**5.272**
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.879)	(1.790)
Lucro líquido do exercício		**8.057**	**3.482**
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de avaliação patrimonial	10b	(1.880)	(485)
Resultado abrangente do exercício		**6.177**	**2.997**
Lucro líquido por ação (com base na média de ações em circulação no exercício) - em R$		17,71836545355	7,65624888400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Reserva legal	Ajuste de Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**133.010**	**26.602**	**28.625**	**–**	**2.075**	**190.312**
Reversão de Dividendos Prescritos		–	–	–	123	–	123
Dividendo aprovado AGO 30/04/2020		–	–	–	–	(2.075)	(2.075)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	3.482	–	3.482
Ajuste avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	10b	–	–	(485)	–	–	(485)
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	(901)	–	(901)
Dividendo adicional proposto		–	–	–	(2.704)	2.704	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**133.010**	**26.602**	**28.140**	**–**	**2.704**	**190.456**
Reversão de Dividendos Prescritos		–	–	–	72	–	72
Dividendo aprovado AGO 30/04/2021		–	–	–	–	(2.704)	(2.704)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	8.057	–	8.057
Ajuste avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	10b	–	–	(1.880)	–	–	(1.880)
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	(2.032)	–	(2.032)
Dividendo adicional proposto		–	–	–	(6.097)	6.097	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**133.010**	**26.602**	**26.260**	**–**	**6.097**	**191.969**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	9.936	5.272
Depreciação e amortização	1.591	1.930
Juros Incorridos sobre arrendamentos financeiros	–	192
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	(9)	(48)
Provisão para perdas na realização de créditos tributários	(181)	(147)
Provisão para contingências	(320)	(250)
	11.017	**6.949**
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	667	(981)
Estoques	(9.728)	1.952
Impostos a recuperar - curto e longo prazos	(2.659)	3.187
Outras contas a receber	(2)	462
Fornecedores e contas a pagar	(104)	(2.508)
Impostos a pagar	(33)	(32)
Salários e encargos sociais	18	64
Imposto de renda e contribuição social pagos	(991)	(1.652)
Recursos líquidos (aplicados nas) atividades operacionais	**(1.815)**	**7.441**
Atividades de investimentos		
Aplicações de longo prazo	3	–
Aquisições (líquidas das baixas) de ativo imobilizado	(181)	(95)
Recursos (aplicados nas) gerados pelas atividades de investimentos	**(178)**	**(95)**
Atividades de financiamentos		
Direito de uso	(1.488)	–
Dividendos pagos	(3.575)	(2.744)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	**(5.063)**	**(2.744)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(7.056)**	**4.602**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo ao início do exercício	153.406	148.804
Saldo ao final do exercício	146.350	153.406
	(7.056)	**4.602**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2021	2020
Receitas	**28.045**	**33.280**
Vendas de produtos	22.916	29.088
Outras receitas	5.129	4.192
Insumos adquiridos de terceiros	**(10.504)**	**(14.251)**
Custos dos produtos vendidos	(9.609)	(13.325)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(895)	(926)
Valor adicionado bruto	**17.541**	**19.029**
Retenções	**(1.591)**	**(1.930)**
Depreciação e amortização	(1.591)	(1.930)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**15.950**	**17.099**
Valor adicionado recebido em transferência	**6.834**	**3.881**
Receitas financeiras	6.834	3.881
Valor adicionado a distribuir	**22.784**	**20.980**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	5.974	6.979
Participação dos administradores nos lucros	100	150
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	6.604	7.795
Estaduais	1.881	2.414
Municipais	168	160
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos	8.057	3.482
Total distribuído	**22.784**	**20.980**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Bicicletas Monark S.A. ("Companhia") tem por objetivo a industrialização e comercialização de bicicletas, assim como a participação em outras sociedades. **2. BASES DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2022. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, determinação das provisões relativas ao imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor nominal dos títulos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **2.3. Estoques:** São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição ou produção, sem exceder os preços de mercado ou de realização. **2.4. Títulos e valores mobiliários:** São investimentos em ações e fundos de investimentos em ações classificados como ativos não circulantes ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As oscilações do valor justo são registradas, líquidas dos impostos, em "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. **2.5. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. **2.6. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade possível de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Foram estimadas com base nas avaliações fornecidas pelos assessores jurídicos. **2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **2.9. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 1 Classificação de passivos como Circulante ou não circulante.	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação de Passivo Circulante ou Passivo não Circulante.	01/01/2023
IFRS 1/IFRS 9/IFRS 16/IAS 41.	Melhorias anuais nas normas.	01/01/2022
IAS 16 - Imobilizado	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar em condições de uso.	01/01/2022
IAS 37 - Contrato oneroso.	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso.	01/01/2022
IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual.	Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS.	01/01/2022
IAS 1 - Divulgação de práticas contábeis.	Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 8 - Definição de estimativas contábeis.	Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis.	01/01/2023

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2021	2020
Caixa e bancos	83	270
Aplicações financeiras	146.267	153.136
Total	**146.350**	**153.406**

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários pós-fixados, de liquidez imediata e atrelados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário, em instituições de primeira linha. A Administração avaliou as opções de investimentos e julgou apropriada a manutenção das aplicações financeiras em CDB.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NÃO CIRCULANTE)

Ações	2021	2020
Petrobrás PN	26.705	26.602
Eletrobrás	769	862
Fundo Bradesco	12.975	15.818
Outros	126	142
Total	**40.575**	**43.424**

5. ESTOQUES

	2021	2020
Produtos acabados	6.588	733
Produtos em elaboração	609	420
Matérias-primas	7.812	4.128
Total	**15.009**	**5.281**

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Circulante	2021	2020
IRPJ - Saldo negativo	841	392
IPI, PIS e COFINS a compensar	907	231
	1.748	**623**

Não circulante	2021	2020
Tributos a recuperar	661	661
I.C.M.S. a recuperar	2.414	1.590
(–) Provisão para perdas na realização do crédito de I.C.M.S	(1.402)	(1.583)
Crédito PIS e COFINS (exclusão ICMS) (a)	710	–
Total	**2.383**	**668**

(a) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017. A Companhia havia protocolado Mandado de Segurança em setembro de 2019 para compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos contados a partir da data da distribuição da ação (ou seja, de 09/2014 até 09/2019). Contudo, diante dos termos da modulação dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, bem como considerando a data da impetração do Mandado de Segurança específico da Bicicletas Monark (25/09/2019), a Companhia apenas terá direito, após o trânsito em julgado do feito, à compensação dos valores indevidamente recolhidos, a partir de março de 2017 em diante. Desta forma, considerando que a realização deste crédito se tornou praticamente certa, conforme preconizado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia efetuou a contabilização do crédito apurado no período de março/2017 a maio/2021 no montante de R$ 710, durante o exercício de 2021.

7. IMOBILIZADO:

	Taxa anual depreciação	2020	(+) Adições	(–) Baixas	2021
Direito de uso - Arrendamentos		8.547	179	(1.231)	7.495
Equipamentos de informática	20%	176	34	–	210
Máquinas e instalações	10%	6.326	149	(20)	6.455
Móveis e utensílios	10%	75	–	–	75
Veículos	20%	305	–	–	305
Total imobilizado		**15.429**	**362**	**(1.251)**	**14.540**
(–) Total de depreciação acumulada		(10.688)	(1.591)	163	(12.116)
Total		**4.741**	**(1.229)**	**(1.088)**	**2.424**

Em relação aos direitos de uso (arrendamento), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R$ 1.505 de depreciação (R$ 1.848 em 2020) e R$ 14 de juros (R$ 193 em 2020). Os pagamentos de arrendamento operacional realizados no período (que na prática contábil anterior seriam contabilizados diretamente para resultado) totalizam R$ 1.502 (R$ 1.972 em 2020) e foram contabilizados no passivo. A redução do saldo de direito de uso no valor de R$ 1.231, ocorreu por conta de renegociações nos contratos de aluguel de Indaiatuba e encerramento do contrato de aluguel do escritório de São Paulo vigente até julho de 2021. Foi realizado novo contrato de aluguel do escritório São Paulo no valor de R$ 179. Desta forma o saldo líquido do ativo de direito de uso e o saldo a pagar de arrendamento mercantil, apresentavam no final do período, respectivamente os valores de R$ 1.955 e R$ 2.156 (R$ 4.367 e R$ 4.551 em 2020). Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa média ponderada de 3%. **8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:**

Provisão	2020	(+) Adições/(–) Reversões	2021
Contingências trabalhistas	800	(310)	490
Contingências cíveis (a)	2.750	(2.750)	–
Contingências fiscais (b)	70	2.740	2.810
	3.620	**(320)**	**3.300**
Ativo Não Circulante	**2020**	**Baixa**	**2021**
Depósitos judiciais	364	–	364

a) Em virtude da revisão de expectativa de perda de possível para remota pelos assessores jurídicos da Companhia, a provisão foi estornada. A Companhia pleiteia a execução de título extrajudicial relativo a contrato de compra e venda de imóvel, inadimplido pela W Torre Empreendimentos (sucedida por BR Properties S/A). O valor estimado envolvido é de R$ 75.320, em 31/12/2021, líquido dos honorários advocatícios. A companhia não reconhece o montante em seus registros contábeis por se tratar de ativo contingente, conforme determinado no Pronunciamento CPC 25. A provisão que havia sido constituída estava baseada em estimativa de honorários de sucumbência deste processo. b) Refere-se à provisão constituída para eventual perda no processo administrativo, pelo qual a Companhia pleiteia a reforma de despacho da Receita Federal que homologou parcialmente a compensação declarada em PER/DCOMPs, referentes a pedido de compensação de pagamento indevido e/ou a maior de ILL, cujo crédito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, nos autos da Ação Ordinária 200.61.00.012948-4. O valor estimado de parcela não homologada em 31/12/2021 era de R$ 2.735. **9. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO:**

Resultado	2021	2020
Lucro Líquido do exercício antes do IRPJ/CSL	**9.936**	**5.272**
Adições permanentes	123	177
Adições temporárias	2.999	909
Exclusão permanente (nota explicativa nº 12)	(4.382)	(45)
Exclusão temporária realizada	(4.124)	(1.284)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	**4.552**	**5.029**
IRPJ Corrente	(1.086)	(1.210)
CSLL Corrente	(410)	(452)
Total de impostos correntes	**(1.496)**	**(1.662)**
Realização de IRPJ diferido	(282)	(94)
Realização de CSLL diferido	(101)	(34)
Total de impostos diferidos realizados	**(383)**	**(128)**
Total dos impostos sobre o lucro no resultado	**(1.879)**	**(1.790)**

Saldos - impostos diferidos

	2021	2020
Ativo circulante		
IRPJ e CSLL sobre provisão com crédito de liquidação duvidosa	9	12
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL sobre provisão para contingências	1.147	1.231
IRPJ e CSLL sobre provisão para perdas com créditos tributários	477	538
IRPJ e CSLL sobre diferença arrendamentos	68	63
	1.692	**1.832**
Passivo	**2021**	**2020**
IRPJ/CSLL sobre ajuste avaliação patrimonial	13.528	14.497
IRPJ/CSLL sobre recuperação impostos - PIS e COFINS	241	–
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	3	–
	13.772	**14.497**

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social integralizado está representado por 454.750 ações ordinárias, sem valor nominal. O valor patrimonial por ação em 31/12/2021 é de R$ 422,14 (R$ 418,81 em 31/12/2020). **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia procedeu à avaliação de suas aplicações em títulos, em relação aos valores de mercado, em contrapartida à conta do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Investimentos	ações/cotas	2020 (em reais)	2020	2021 (em reais)	2021	Período
Ações Petrobrás PN	938.664	28,34	26.602	28,45	26.705	103
Ações Eletrobras	23.285	37,00	862	33,01	769	(93)
Fundo Ações Bradesco	3.694.071,70	4,282114199	15.818	3,512486699	12.975	(2.843)
Outras	3.307	43,04	142	38,06	126	(16)
Total			**43.424**		**40.575**	**(2.849)**
Impostos diferidos sobre a evolução no período						**969**
						(1.880)
Saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2020						**28.140**
Redução no PL no período de 2021						**(1.880)**
Saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2021						**26.260**

c) Dividendos: A Administração irá propor dividendos para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, no valor de R$ 17,87755709731 por ação, a serem pagos de acordo com o previsto legalmente.

11. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS:

	2021	2020
Receita bruta de vendas	23.158	29.450
(–) Devoluções de vendas	(242)	(362)
(–) IPI	(1.832)	(2.540)
(–) ICMS	(1.874)	(2.408)
(–) PIS/COFINS	(1.573)	(2.350)
Receita líquida de vendas	**17.637**	**21.790**

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS:

	2021	2020
Salários e encargos	(1.099)	(1.066)
Serviços profissionais (a)	(644)	(1.310)
Depreciação direito de uso	(1.505)	(1.848)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(383)	(211)
Outras despesas	(891)	(1.479)
Total	**(4.522)**	**(5.914)**
	2021	**2020**
Recuperação de despesas	93	3.701
Recuperação de impostos (nota explicativa nº 6)	640	441
Dividendos Recebidos (nota explicativa nº 9)	4.382	45
Outras receitas e despesas operacionais	14	5
Total	**5.129**	**4.192**

(a) Em 04 de junho de 2020, a Companhia recebeu o valor de R$ 3.694 relativo ao processo de falência de empresa Hermes Macedo, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Paraná. Os honorários advocatícios foram registrados na rubrica serviços profissionais, no valor de R$ 554. **13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Foram efetuadas em condições normais de mercado e estão incluídas na rubrica "Despesas gerais e administrativas":

	2021	2020
Elsol Participações (Aluguel da sede)	1.481	1.875
Premier Consultoria (Assessoria financeira e administrativa)	207	358
Total	**1.688**	**2.233**

14. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:

Descrição	2021	2020
Honorários da Administração	840	840
Honorários do Conselho Fiscal	135	135
Participação dos Administradores	100	150
Total de honorários	**1.075**	**1.125**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2022 | 22:23:48 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: FE8D21CD-BF2B-4AF9-A265-25D99EF4689C

monark

BICICLETAS MONARK S.A.

CNPJ nº 56.992.423/0001-90

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15. QUADRO DE SENSIBILIDADE

Operação	Montante aplicado em 31/12/2021	Risco	Estimativa das receitas financeiras de 01/01/2022 a 31/12/2022 – Manutenção da taxa do CDI	Redução da taxa do CDI em 25%	Redução da taxa do CDI em 50%
Aplicações em CDB	146.267	Redução da taxa do CDI	6.155	4.616	3.078

Operação	Posição das ações em 31/12/2021	Risco	Estimativa da posição das ações em 31/12/2022 – Manutenção dos valores	Redução do valor das ações em 25%	Redução do valor das ações em 50%
Investimentos em ações	40.575	Queda no valor das ações	40.575	30.431	20.288

16. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA): A Companhia mantém apólice de seguros para estoques e imobilizado, bem como do imóvel locado, sujeitos a riscos diversos, no valor de cobertura de R$ 42.488, em 31/12/2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Paulo Marzagão Sobrinho	**Sylvio Marzagão**	**Fabiano Machado**
Eduardo Boccuzzi	**Orlando Nucci Filho**	**CRC 1SP235810/O-3**
Sylvio Marzagão		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento as atribuições legais e estatutárias, os Membros do Conselho Fiscal da BICICLETAS MONARK S.A., reuniram-se, nesta data, na sede da Companhia, a fim de analisarem o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, tomadas em seu conjunto. Considerando as análises efetuadas, os esclarecimentos prestados pela Diretoria e os Administradores, e considerando o Relatório sem ressalvas de RSM Brasil Auditores Independentes, datado de 10/03/2022, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com a Legislação pertinente e com o Estatuto da Companhia, e refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa no referido exercício social, em todos os aspectos relevantes, razão pela qual recomendam o encaminhamento de tais documentos para a Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 15 de março de 2022.

Antonio Carlos Martins
Conselheiro Fiscal

Sérgio Ricardo Viola
Conselheiro Fiscal

Massao Fabio Oya
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Acionistas e Administradores da **Bicicletas Monark S.A.** Indaiatuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Bicicletas Monark S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bicicletas Monark S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contabilização dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Conforme descrito nas Notas Explicativas n° 3 e 4, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no montante de R$ 146.267 mil e em ações e fundo de investimentos em ações no montante de R$ 40.575 mil. Devido sua representatividade no total do patrimônio líquido da Companhia, consideramos a contabilização destes ativos financeiros como o principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram a verificação da existência desses ativos financeiros por meio de confirmação independente junto às instituições financeiras e documentação das corretoras, bem como de suas correspondentes valorizações por meio de recálculo das remunerações das aplicações em CDBs e verificação do preço das ações no mercado à vista. Adicionalmente, avaliamos a adequação das classificações e divulgações da Companhia sobre o assunto. Com base na abordagem e procedimentos de auditoria descritos, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e adequada divulgação e classificação dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2022

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6
RSM Brasil
Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2022 | 22:23:59 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/